

A educação no Haiti pós-independência (1804-1843): entre utopias republicanas e heranças coloniais.

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak.

Cita:

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak (Noviembre, 2025). *A educação no Haiti pós-independência (1804-1843): entre utopias republicanas e heranças coloniais*. III Congresso Nacional de Ensino do PPIFOR (CEPPIFOR). Unespar, Paranaíba.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/29>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/FRZ>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



A EDUCAÇÃO NO HAITI PÓS-INDEPENDÊNCIA (1804–1843): ENTRE UTOPIAS REPUBLICANAS E HERANÇAS COLONIAIS

Maxo St Victor ¹
Vera Lucia Martiniak ²

Resumo: Este artigo analisa a educação no Haiti entre 1804 e 1843, período posterior à independência do país. O objetivo é compreender como os projetos e práticas educacionais desse período expressaram a tensão entre ideais republicanos e estruturas coloniais herdadas. A pesquisa examina os discursos dos primeiros governos haitianos, as influências externas no modelo de ensino e o papel da educação na formação da identidade nacional. Utiliza-se uma abordagem histórica e qualitativa, baseada na análise de fontes primárias, como discursos oficiais e documentos legais, e secundárias, como estudos críticos sobre o tema, incorporando ainda a análise crítica do discurso (ACD) proposta por Fairclough (1992; 2003). A fundamentação teórica apoia-se em autores como Chartier (1990), Certeau (1982) e Joint (2009), que contribuem para interpretar a educação como espaço de disputa simbólica e política. O estudo revela que, embora os projetos educacionais buscassem romper com o passado colonial, na prática reproduziam desigualdades e modelos elitistas, limitando o acesso à escola. A análise contribui para o debate sobre os desafios da construção do Estado e da descolonização da educação em contextos pós-coloniais.

Palavras-chaves: Educação haitiana. Haiti Pós-independência. Herança colonial. Ideais republicanos. Identidade nacional.

Introdução

A educação, como instrumento de construção social, ocupou um papel estratégico na consolidação dos Estados nacionais ao longo do século XIX. No Haiti, primeiro país da América Latina e Caribe a conquistar a independência — em 1804, após uma revolução conduzida por ex-escravizados —, o desafio era ainda mais profundo: edificar uma república sobre as ruínas de uma ordem colonial escravista e racializada.

Neste contexto, o campo educacional foi convocado a desempenhar um papel crucial na afirmação dos ideais republicanos, ao mesmo tempo em que enfrentava as

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Haiti (UEH). Mestrado em História, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual do Haiti e pela Universidade Laval (UEH-ULaval). Doutorando em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: 240302100000@uepg.br

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG. E-mail: vmartiniak@uepg.br

marcas estruturais deixadas pelo regime colonial francês. A ambição de promover uma educação voltada para a cidadania, para a autonomia intelectual e para a construção de uma identidade nacional contrastava com a realidade de instituições frágeis, elites divididas e modelos educacionais herdados da metrópole.

Este artigo tem como objeto de estudo os projetos e práticas educacionais desenvolvidos no Haiti entre 1804 e 1843. O recorte temporal se justifica por englobar o período dos primeiros governos haitianos, desde a Proclamação da Independência até a queda de Jean-Pierre Boyer, momento marcado por tentativas de organização estatal e de institucionalização do ensino.

O problema central que guia esta pesquisa é: como os ideais republicanos do Haiti pós-independência se confrontaram com as estruturas coloniais herdadas no campo educacional? Tal questionamento busca iluminar as tensões entre inovação e continuidade, autonomia e dependência, emancipação e reprodução de modelos coloniais.

O objetivo geral é compreender como os projetos e práticas educacionais do Haiti entre 1804 e 1843 expressaram a tensão entre ideais republicanos e estruturas coloniais herdadas. Tal formulação busca articular as dimensões políticas e simbólicas da educação, evidenciando como ela foi mobilizada pelas elites como instrumento de legitimação do poder, produção da cidadania e definição da identidade nacional.

Para isso, são definidos três objetivos específicos: investigar os discursos educacionais dos primeiros governos haitianos; identificar influências francesas e caribenhas na organização do ensino; e discutir o papel da educação na construção da identidade nacional.

A pesquisa adota uma metodologia de natureza histórica, baseada na análise crítica de fontes primárias (discursos oficiais, cartas, relatórios da época) e de fontes secundárias relevantes. Inspira-se, de forma geral, na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1992; 2003), o que permite compreender as intenções políticas, os desafios institucionais e as representações simbólicas em torno da educação no período.

A fundamentação teórica apoia-se em Chartier (1990), que contribui para a análise das práticas e representações culturais; em Joint (2009), cuja abordagem histórica permite compreender o papel da escola na construção do Estado haitiano e nas permanências coloniais no sistema educacional, e em Certeau (1982), cuja abordagem permite compreender os usos cotidianos e as estratégias de apropriação institucional da educação.

Com base nesse arcabouço, pretende-se oferecer uma reconstituição crítica das práticas educativas haitianas no período pós-independência, destacando suas ambivalências, limites e potenciais transformadores, em diálogo com o projeto republicano que animou os primeiros anos da nação.

Fundamentação teórica

A análise das práticas e discursos educacionais no Haiti pós-independência exige um aporte teórico que articule história, cultura, política e representações sociais, possibilitando compreender a educação como espaço de disputa simbólica e prática. Para tanto, este estudo apoia-se em Chartier (1990), Certeau (1982) e Joint (2009), cujas contribuições, embora distintas, oferecem pontos de convergência que permitem interpretar as tensões entre permanências coloniais e projetos republicanos no século XIX haitiano.

Chartier (1990), ao propor uma história cultural centrada nas práticas sociais, contribui para pensar os discursos e dispositivos educacionais não apenas como imposições ideológicas, mas como arenas de circulação, apropriação e transformação de saberes. Nesse ponto, Fairclough (1992; 2003) reforça a compreensão do discurso como prática social vinculada a relações de poder e ideologia, destacando que textos institucionais devem ser analisados em suas dimensões textuais, intertextuais e socioculturais.

Essa abordagem torna possível examinar documentos oficiais — como constituições, decretos e discursos presidenciais — não apenas em seu conteúdo normativo, mas enquanto instrumentos de produção de sentidos voltados à legitimação da ordem social. Já Certeau (1982) amplia esse olhar ao destacar a dialética entre estratégias institucionais e táticas cotidianas.

No caso haitiano, isso significa reconhecer que a educação, embora estruturada a partir de modelos coloniais e centralizadores, foi também apropriada e ressignificada pelos sujeitos sociais em suas práticas concretas. Assim, decretos como a Constituição de 1805 e a de 1816, que instituíram a escola como pilar republicano, devem ser lidos à luz das possibilidades e limites de sua efetivação cotidiana, onde emergiam formas de resistência, adaptação e contestação.

Joint (2009), por sua vez, fornece um aporte histórico específico para o Haiti, evidenciando como a escola se inseriu na construção do Estado no século XIX. Sua

análise revela a persistência de estruturas coloniais no desenho institucional da educação e mostra que os ideais republicanos de universalização coexistiram com práticas excludentes voltadas às elites.

Nesse sentido, Joint (2009) dialoga com Chartier (1990) e Certeau (1982): ao mesmo tempo em que aponta as continuidades coloniais (estratégias), abre espaço para pensar, com base em Certeau (1982), como essas mesmas estruturas foram tensionadas e reinterpretadas no cotidiano escolar (táticas).

A articulação entre esses três referenciais orienta a maneira como as fontes primárias desta pesquisa — constituições, cartas, circulares e decretos — são interpeladas. Mais do que identificar suas prescrições formais, busca-se compreender os significados sociais atribuídos à educação, o modo como os discursos oficiais se legitimaram como instrumentos de poder e as brechas que permitiram apropriações distintas por diferentes grupos sociais.

Dessa forma, a fundamentação teórica não apenas ancora a análise em perspectivas consolidadas da história cultural e da história da educação, mas também evidência como essas categorias interpretativas se adequam ao contexto haitiano. É justamente no cruzamento entre as práticas de poder (Chartier, 1990), as estratégias e táticas (Certeau, 1982) e a historicidade concreta do Estado haitiano (Joint, 2009) que se torna possível compreender as ambivalências da educação no Haiti pós-independência: simultaneamente espaço de emancipação proclamada e de exclusão reproduzida.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem de natureza histórica e qualitativa, de caráter interpretativo, com ênfase na análise crítica de discursos, práticas e estruturas educacionais no Haiti entre 1804 e 1843. Nesse percurso metodológico, a hermenêutica é articulada à Análise Crítica do Discurso (ACD), inspirada em Fairclough (1992; 2003), de modo a examinar como os enunciados oficiais expressam relações de poder e estratégias de legitimação.

As fontes incluem documentos oficiais, decretos e relatórios produzidos pelos governos haitianos, que revelam os projetos e intenções políticas da época. A análise é complementada por estudos historiográficos e obras analíticas (Trouillot, 1995; Joint, 2009; François, 2010; Brutus, 1948; St Victor & Martiniak, 2025a, entre outros), que fornecem subsídios para examinar a educação haitiana no início do século XIX.

O tratamento das fontes segue uma lógica hermenêutica, orientada pela atenção às práticas, representações e estratégias de apropriação institucional e cotidiana da educação, buscando identificar continuidades e rupturas em relação ao modelo colonial, bem como tensões entre ideais republicanos e limitações concretas do processo de construção do sistema educacional nacional.

As estratégias de persuasão do leitor, presentes nas 'narrativas' que constituem os textos, precisam ser consideradas nas análises (Shiroma, Campos, et al., 2005, p. 436). Essa atenção integrada à hermenêutica e às estratégias discursivas permite que a articulação teórico-metodológica sustente a reconstituição crítica das dinâmicas educativas que marcaram o nascimento da primeira república negra do mundo, permitindo compreender seus fundamentos ideológicos, suas influências externas e seus impactos na formação da identidade nacional haitiana.

Com base na metodologia histórica e hermenêutica adotada, este estudo proporcionou uma reconstituição crítica das práticas e políticas educacionais implementadas no Haiti entre 1804 e 1843, revelando as tensões entre os discursos de renovação republicana e a persistência de estruturas coloniais.

Resultados e Discussão

Da Periodização Histórica à Independência: Exclusão e Educação

A história da ilha do Haiti é marcada por diferentes períodos. A chegada de Cristóvão Colombo em 1492 pôs fim ao « Período pré-colombiano (5580 a.P. até 1492 d.C.) » e inaugurou o “Período colonial (1492 até 1789)” com a colonização espanhola (St Victor, 2025). O trabalho forçado e as doenças trazidas pelos colonos franceses provocaram a quase extinção da população indígena, substituída a partir de 1503 por africanos reduzidos à escravidão.

O Tratado de Ryswick (1697) oficializou a divisão da ilha: a parte leste permaneceu espanhola, enquanto o Oeste, futuro Haiti, tornou-se francês. Sob a autoridade do Code noir (1685), os escravizados foram assimilados a bens móveis:

Declaramos os escravos como sendo bens móveis e, como tais, entrando na comunidade; não estando sujeitos a hipoteca, devendo ser partilhados igualmente entre os coerdeiros, sem direito de primogenitura ou de preferência; não estando sujeitos ao dote costumeiro, ao direito de retirada feudal e de linhagem, aos direitos feudais e senhoriais, às formalidades dos decretos, nem à redução dos quatro quintos, em caso de disposição por causa de morte ou por testamento (“Le Code noir”, 1685, art. 44).

Assim, os escravos não tinham nenhum direito: “Durante o período colonial, [...], o escravo e seus descendentes foram formalmente proibidos de aprender a ler e a escrever.” (St Victor, 2017, p. 7). Maioria da população, mas privada de instrução, viviam em uma sociedade dominada por uma minoria privilegiada. Essas desigualdades alimentaram as contestações que culminaram em 1789, abrindo o “Período revolucionário (1789 até 1804)” (St Victor, 2025) e levando à independência em 1804.

Já em 1793, instruções foram dadas nas plantações para que as crianças aprendessem a ler e a escrever: “Polverel recomendou que se ensinasse a ler e a escrever às crianças pequenas. Em consequência, mandou abrir escolas nas plantações” (Madiou, 1992, p. 147). “Pela primeira vez na colônia de Saint-Domingue, um programa escolar foi aprovado pela Convenção Francesa em 1794” (St Victor, 2017, p. 15).

A Constituição de 1801 estabeleceu então as bases legais da educação colonial, autorizando a criação de estabelecimentos escolares: “Toda pessoa tem a faculdade de criar estabelecimentos particulares de educação e instrução para a juventude, sob a autorização e a supervisão das administrações municipais” (HAITI, 1801).

Mas essa disposição permaneceu largamente contraditória em sua aplicação. A Proclamação da Independência em 1804 abriu a esperança de uma nova concepção educativa, sem, contudo, apagar o legado das estruturas coloniais. Essa contextualização permite compreender melhor as dinâmicas da sociedade colonial e seu impacto sobre o campo educacional. A seção seguinte analisará as tensões entre permanências coloniais e projetos republicanos no âmbito da política educativa.

Desigualdades e início da institucionalização da educação no Haiti

A análise das fontes primárias — constituições, decretos, relatórios administrativos e discursos dos primeiros chefes de Estado haitianos — permitiu identificar não apenas os marcos normativos do ensino no período, mas também as intenções políticas subjacentes à organização da educação como ferramenta de legitimação do novo regime.

Segundo Fairclough (1992), os discursos não apenas descrevem a realidade, mas produzem significados que estruturam relações de poder e formas de dominação. Nesse sentido, observa-se que a primeira Constituição haitiana, de 1805, já previa a implantação de uma escola pública em cada divisão militar do território: “Em cada divisão militar será estabelecida uma escola pública para a instrução da juventude” (Haiti, 1805).

Tal disposição revela uma tentativa inicial de instituir um sistema educativo nacional ainda sob o governo de Dessalines, associando educação à consolidação republicana. No entanto, ao analisarmos a implementação prática dessas medidas, nota-se que as propostas refletiam, em grande medida, os moldes elitistas e centralizadores herdados da administração colonial francesa.

Essa tensão entre discurso e prática indica que, apesar do ideal emancipatório proclamado, a educação permanecia um instrumento seletivo, voltado às elites urbanas e à manutenção da ordem social estabelecida. Como argumenta Joint (2009), a escola haitiana do século XIX manteve forte influência das estruturas coloniais, limitando o acesso à educação às elites urbanas e reproduzindo desigualdades sociais e raciais.

Nossa análise confirma essa perspectiva, mostrando que as constituições e decretos frequentemente declaravam universalidade, mas na prática priorizavam segmentos específicos da população, revelando a persistência de hierarquias sociais e raciais. Fairclough (2003) reforça essa ideia ao destacar que textos institucionais funcionam como práticas sociais que estabilizam hierarquias e naturalizam desigualdades — uma interpretação que dialoga diretamente com as evidências observadas no Haiti do período.

Essa intenção de centralizar a educação como valor republicano foi também proclamada por Henri Christophe ao assumir o poder no Norte, em 1807, quando declarou: “A educação, esse bem que, depois da religião e da liberdade, é o mais precioso para o homem, será revivido e sustentado pela moral; será restaurada à sua honra e venerada entre vocês” (Brutus, p. 43).

Apesar do discurso grandioso, a implementação prática continuou limitada. A ordenança real de 1818 determinava que “todo aluno que, ao final de três anos, não tiver

concluído sua instrução primária será dispensado da escola” (Haiti, 1818), evidenciando prazos rígidos incompatíveis com a realidade social desigual do país.

Essa discrepância demonstra que, embora o poder executivo buscasse apresentar a educação como um direito e um bem comum, as condições estruturais e a falta de recursos transformavam tais direitos em metas simbólicas mais do que efetivas. Essa análise se articula com a reflexão de Trouillot (1995), que destaca as contradições da construção do Estado haitiano, onde discursos de liberdade coexistiam com práticas políticas restritivas.

A perspectiva de Mignolo (2011) amplia essa compreensão, sugerindo que a educação em contextos pós-coloniais se configura como campo de disputa entre saberes hegemônicos e formas locais de resistência. Observa-se, portanto, que os discursos oficiais sobre educação funcionavam tanto como instrumentos de legitimação quanto como arenas potenciais de contestação, abrindo espaço para interpretações críticas sobre a apropriação da escola pela população.

Fairclough (1992) sublinha que o discurso é sempre um espaço de luta hegemônica, no qual diferentes grupos buscam legitimar ou contestar posições de poder. No caso haitiano, as práticas educacionais foram simultaneamente espaço de reprodução das hierarquias sociais e de apropriação contestatória, como se observa nas estratégias de resistência dos sujeitos frente às normas institucionais.

A contribuição de Quijano (2000) sobre a colonialidade do poder, aliada à pesquisa de St Victor & Martiniak (2025a) sobre as primeiras iniciativas educacionais, ilumina como a educação serviu tanto como instrumento de dominação quanto como possibilidade de emancipação. “A educação permaneceu”, de fato, “principalmente acessível a uma minoria privilegiada” (St Victor & Martiniak, 2025a, p. 40).

Nessa perspectiva, a teoria de Chartier (1990) permite compreender a educação como prática social carregada de sentidos, enquanto Certeau (1982) evidencia táticas cotidianas de resistência e ressignificação por parte dos sujeitos. Nossa leitura reforça que, mesmo em um quadro de desigualdade estrutural, os atores sociais encontravam formas de reinterpretar e disputar os sentidos da educação, mostrando que a apropriação do saber não era totalmente determinada pelas elites.

A pesquisa também evidenciou como os primeiros governos haitianos integraram a educação aos projetos políticos, utilizando o discurso educacional para construção de autoridade e identidade nacional. A Constituição de 1816, sob a presidência de Pétion, reforçava esse discurso ao prever:

Será criada e organizada uma instituição pública, comum a todos os cidadãos, gratuita no que se refere às partes de ensino indispensáveis para todos os homens, e cujos estabelecimentos serão distribuídos gradualmente em conformidade com a divisão da República (Haiti, 1816).

Contudo, tal previsão nunca foi implementada. A descontinuidade dos projetos evidencia o abismo entre os ideais proclamados e a realidade institucional do período, sugerindo que fatores políticos, econômicos e sociais limitavam a efetivação das políticas educacionais.

Após a queda de Christophe e a unificação nacional, o governo de Boyer também promoveu discursos em defesa da educação, mas, como observa François (2010, p. 40), “Ele utilizava a educação para reforçar a distância que existia entre as pessoas de sua classe social e o restante da população”. Um exemplo disso é a circular presidencial de 11 de novembro de 1820, dirigida aos juízes de paz e lida publicamente em 20 de maio de 1821, que idealizava o papel da escola:

A criança, depois de mamar no seio de uma mãe carinhosa, deve ainda alimentar-se do seio da ciência. É em escolas bem-organizadas, em casas de educação bem dirigidas, que se pode inspirar nela o sagrado amor pela pátria e todas as virtudes que dele decorrem (Pradine, 1860, p. 258).

Apesar dessa retórica envolvente, as ações práticas do governo permaneceram limitadas, e os obstáculos estruturais continuaram a impedir a democratização do ensino. O cruzamento da análise de documentos oficiais com estudos historiográficos e obras acadêmicas reconhecidas (Trouillot, 1995; Joint, 2009; François, 2010; Brutus, 1948; St Victor & Martiniak, 2025a, 2025b) sustenta a observação de St Victor & Martiniak (2024, p. 89), segundo a qual a educação sempre esteve presente no trabalho legislativo, mas raramente se traduziu em implementação concreta.

Essa atenção legislativa sem execução evidencia o hiato entre discurso e prática, reforçando que a institucionalização da educação no Haiti pós-independência envolvia tensões persistentes entre ideais republicanos e limitações coloniais. Fairclough (2003) destaca que a análise crítica do discurso permite identificar esses hiatos, mostrando como promessas institucionais se distanciam da realidade social.

St Victor & Martiniak (2025b, p. 1) complementam essa perspectiva ao afirmar que “no contexto haitiano, marcado por desigualdades sociais profundas, crises políticas e fragilidades institucionais, garantir o direito à educação constitui um desafio complexo”. Nosso estudo reforça que, para compreender os desafios da educação haitiana, é necessário levar em conta limites estruturais, históricos e sociais, bem como a tensão contínua entre discursos emancipatórios e práticas restritivas.

Fica evidente que a institucionalização da educação envolveu tanto reprodução das desigualdades quanto possibilidades de apropriação e contestação, apontando para a importância de discutir legados coloniais e caminhos para a descolonização do conhecimento.

Considerações finais

A trajetória da educação no Haiti entre 1804 e 1843 revela um campo marcado por tensões estruturais, em que os ideais republicanos de emancipação, igualdade e cidadania conviveram com a reprodução de lógicas coloniais de exclusão e seletividade.

Os primeiros governos haitianos assumiram a centralidade da educação para a construção do novo Estado, mas enfrentaram sérias limitações para implementar um sistema democrático e inclusivo. As propostas formuladas no período, embora ambiciosas, conservaram modelos educacionais inspirados em estruturas coloniais e voltados para a formação de uma elite dirigente. A educação foi utilizada mais como instrumento de poder, distinção e controle do que como ferramenta de transformação social ampla.

Essa lógica centralizadora e seletiva ilustra as dificuldades das sociedades pós-coloniais na construção de instituições autônomas. Ainda assim, a escola no Haiti do século XIX constituiu-se como espaço de imposição e de negociação, no qual diferentes atores sociais puderam tensionar, resignificar ou resistir aos modelos dominantes.

O estudo oferece, assim, uma compreensão crítica da educação haitiana no pós-independência, ressaltando a necessidade de políticas que rompam com heranças coloniais ainda presentes em muitos sistemas contemporâneos. Ao historicizar essas práticas e seus sentidos, amplia-se o debate sobre os desafios da descolonização e sobre o papel da educação na construção de sociedades mais justas, plurais e enraizadas em suas realidades culturais.

Referências

- BRUTUS, E. **Instruction publique en Haïti (1492 – 1945)**, Port-au-Prince : Éditions Fardin, 1948.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FAIRCLOUGH, N. **Analyzing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FRANCOIS, P. E. **Politiques éducatives et inégalités des chances scolaires en Haïti**, Port-au-Prince : Éditions Université d'État d'Haïti, 2010.
- HAITI. "Constitution du 3 juillet 1801". , 1801.
- HAITI. "Constitution du 2 juin 1816". , 1816.
- HAITI. "Constitution impériale du 20 mai 1805". , 1805.
- HAITI. **L'ordonnance créant la Chambre Royale d'Instruction Publique**. 1818.
- JOINT, L. A. "L'école dans la construction de l'État". In: HECTOR, M.; HURBON, L. (Org.), **Genèse de l'État haïtien (1804-1859)**, Horizons américains. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2009. p. 225–241. DOI: [10.4000/books.editionsmsh.9760](https://books.editionsmsh.9760). Disponível em: <https://books.openedition.org/editionsmsh/9760>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- Le Code noir**. 1685. Disponível em: <https://www.axl.cefan.ulaval.ca/amsudant/guyanefr1685.htm>. Acesso em: 18 maio 2024.
- MIGNOLO, W. D. Epistemic disobedience: independent thought and decolonial freedom. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2011.
- PRADINE, L. **Recueil général des lois et actes du gouvernement du gouvernement d'Haïti (1818 – 1823)**, Tome III, Paris : Auguste Durand, 1860.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, v. 50, n. 168, p. 93-117, 2000.
- MADIOU, Thomas, **Histoire d'Haïti (1799 – 1803)**, Tome II, Port-au-Prince, 2ème édition, Imprimerie Cheraquit, 1922.

SHIROMA, E. O., CAMPOS, R. F., GARCIA, R. M. C. "Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos", **Perspectiva**, v. 23, n. 2, p. 427–446, 1 jan. 2005. DOI: [10.5007/1980-6248.20050001](https://doi.org/10.5007/1980-6248.20050001).

ST VICTOR, M. **A construção histórica do Haiti, da resistência indígena e africana à crise contemporânea**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/390932110_Slides_de_Aula_Historia_do_Haiti_na_America_Latina, 19 abr. 2025

ST VICTOR, M. **Regards sur la politique éducative des premiers chefs d'État haïtiens (1804 - 1843)**. 2017. 82 f. Institut d'Études et de Recherche Africaines d'Haïti (IERAH-ISERSS) de l'Université d'État d'Haïti (UEH), Port-au-Prince, 2017.

ST VICTOR, M.; MARTINIAK, V. L. "A influência dos modelos educacionais ocidentais nas políticas educacionais no Haiti de 1804 a 1843: desafios e questões para a inclusão social". In: BRESSANIN, C. E. F. B.; ALMEIDA, M. Z. C. M. DE (Org.), **Anais do IV Colóquio Internacional DGP "Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais**, Porto Nacional: Edição dos Autores, 2025a. v. 1. p. 36–42. DOI: [10.13140/RG.2.2.23052.63366](https://doi.org/10.13140/RG.2.2.23052.63366).

ST VICTOR, M.; MARTINIAK, V. L. A necessidade de uma educação para todos na sociedade haitiana (1804–1843). **Revista Teias de Conhecimento**, v. 1, n. 4, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.v1i1.2024.d>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/23706>. Acesso em: 6 out. 2024.

ST VICTOR, M., MARTINIAK, V. L. "Desafios estruturais da educação inclusiva no Haiti: limites e possibilidades das políticas públicas", **Anais do I Congresso Internacional de Educação Inclusiva (I CONEI)**, p. 1–6, 16 abr. 2025b. DOI: [10.5281/zenodo.15373543](https://doi.org/10.5281/zenodo.15373543).

TROUILLOT, M.-R. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.